

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 107

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 21 DE AGOSTO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 09: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 06: Albanor Gomes (licenciado) - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gauchó (licenciado) - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli (licenciado) - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno (licenciado) - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado); PSB - 01: Ricardo Maia; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSC 01: Miltinho Puppio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 019ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
21 DE AGOSTO DE 2000**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Neivo Beraldin e Luiz Carlos Alborghetti.

Às quinze horas e trinta e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52). Achando-se em licença os senhores deputados Edgar Bueno e Fernando Ribas Carli (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1541

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário a retirada por 03 (três) sessões do Projeto de Lei nº 115/00, item 08 da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 12/2000, que autoriza o Poder Executivo a incluir no edital de venda do Banco do Estado do Paraná S.A. - Banestado, a manutenção, com exclusividade, pelo prazo de 05 (cinco) anos, das contas dos depósitos do sistema de arrecadação dos tributos estaduais, sistema de movimentação de valores e pagamentos - SIAF - e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, em nº de 14 (quatorze), de autoria de diversos senhores deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 233/2000**

Fica acrescido o seguinte artigo ao Projeto de Lei nº 233/2000, com a seguinte redação:

Art. ... - No que se refere ao passivo atuarial e patrocínio do Fundo de Pensão Multipatrocinado - Funbep, o Poder Executivo fará constar, em todos os editais de alienação do controle acionário do Banco do Estado do Paraná S.A., como obrigação dos novos controladores, assumir o patrocínio do Fundo de Pensão Multipatrocinado de Previdência e Assistência Social - Funbep, na condição de mantenedores, sem impedimento de futuras negociações visando alterar as condições assumidas, ficando assegurado aos atuais participantes a manutenção das normas contidas nos regulamentos dos planos de saúde e benefícios previdenciários em vigor na data da publicação desta lei."

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Apoiamento:

Ângelo Vanhoni, Edson Strapasson, Ademir Bier, Caíto Quintana.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 233/2000, com a manutenção do seu Parágrafo Único, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Edital de Venda do Banco do Estado do Paraná S.A. - Banestado, a manutenção, com exclusividade, no prazo de 05 (cinco) anos, das contas dos depósitos do sistema de arrecadação dos tributos estaduais, sistema de movimentação de valores e pagamentos SIAF - Sistema Integrado de Administração Financeira, e conta do Tesouro Geral do Estado, conta receita, conta única, contas dos fundos e programas, contas dos depósitos e movimentação de entidades da administração indireta e fundações públicas, bem como as disponibilidades dos fundos estaduais e pagamentos do funcionalismo público, excetuando as contas e a movimentação financeira dos Poderes Legislativo e Judiciário”.

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Apoioamento:

Nereu Moura, Ademir Bier, Irineu Colombo, Moysés Leônidas.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 03

O Parágrafo Único do artigo 1º, do Projeto de Lei nº 233/2000, passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo Único - Vencido o prazo de que trata a *caput* deste artigo, a renovação da prestação daqueles serviços dar-se-á mediante processo licitatório.

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(aa) NEREU MOURA, IRINEU COLOMBO, LUIZ CARLOS ZUK, MOYSÉS LEÔNIDAS, ADEMIR BIER, JOSÉ MARIA FERREIRA, ANTONIO ANNIBELLI, EDSON STRAPASSON.

EMENDA DE PLENÁRIO, DE Nº 04

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Edital de Venda do Banco do Estado do Paraná S.A. - Banestado, a manutenção, com exclusividade, pelo prazo de 05 (cinco) anos, das contas dos depósitos do sistema de arrecadação dos tributos estaduais, sistema de movimentação de valores e pagamentos, SIAF - Sistema Integrado de Administração Financeira e conta do Tesouro Geral do Estado, conta receita, conta única, contas dos fundos e programas, contas dos depósitos e movimentação das entidades da administração indireta e fundações públicas, bem como disponibilidades dos fundos estaduais e pagamentos do funcionalismo público, ficando ressalvada, no entanto, a vontade do servidor que fizer opção por outro Banco.”

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(a) NEREU MOURA

Apoioamento:

Edson Strapasson, Irineu Colombo, Luiz Carlos Zuk, Moysés Leônidas, Ademir Bier, José Maria Ferreira, Antonio Annibelli.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 05

Inclua-se no Projeto de Lei nº 233/2000, o seguinte artigo com suas respectivas alíneas:

Art. ... - O Poder Executivo exigirá como contrapartida da exclusividade concedida no artigo 1º desta lei o que segue:

a - os custos e tarifas dos serviços bancários prestados não poderão exceder à média dos custos e tarifas cobrados pelo sistema financeiro nacional;

b - a remuneração às aplicações feitas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira e pelo Tesouro Estadual, bem como das entidades de administração indireta e fundações públicas deverão receber remuneração superior à média paga pelo sistema financeiro nacional;

c - a manutenção em funcionamento de pelo menos um posto de serviço bancário em cada município do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(a) NEREU MOURA

Apoioamento:

Irineu Colombo, Edson Strapasson, Luiz Carlos Zuk, Moysés Leônidas, Ademir Bier, José Maria Ferreira, Antonio Annibelli.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 06

Emenda aditiva: acrescenta-se um novo artigo, com a seguinte redação:

Art. ... - Fica o novo controlador do Banestado obrigado a garantir a estabilidade aos empregados pelo mesmo período em que as contas do setor público forem administradas pelo banco.

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO, EDSON STRAPASSON, ADEMIR BIER, NEREU MOURA, JOSÉ MARIA FERREIRA, LUIZ CARLOS ZUK.

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda se justifica pela necessidade de se estender aos funcionários, as mesmas garantias que o governo do Estado pretende dar ao novo controlador do Banestado.

Tal proposição encontra apoio nos princípios constitucionais da proporcionalidade e da razoabilidade, devendo pois a garantia dada pelo Governo do Estado do Paraná ao futuro controlador refletir também em garantia aos funcionários do Banco.

Ora, como se sabe, a exclusividade das contas do Estado do Paraná dada ao novo controlador pelo período de cinco anos, representa uma receita certa e substanci-

osa, da qual pode e deve decorrer em garantia de emprego aos seus funcionários.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 07

Emenda aditiva: acrescenta-se um novo artigo, com a seguinte redação:

Art.... - O novo controlador do Banco do Estado do Paraná deverá manter a sede do Banco em Curitiba.

Sala das Sessões, em 21.08.00.

(aa) IRINEU COLOMBO, EDSON STRAPASSON, NEREU MOURA, ADEMIR BIER, JOSÉ MARIA FERREIRA, LUIZ CARLOS ZUK.

JUSTIFICATIVA:

A manutenção da sede do Banestado em Curitiba é de grande importância econômica porque permite a manutenção de empregos e a criação de receitas tributárias originária direta e indiretamente da atividade bancária em Curitiba.

A manutenção tem também importância simbólica para o Estado do Paraná, já que trata-se de uma empresa que há mais de sete décadas participa do processo de desenvolvimento do Paraná, razão pela qual é necessário que fique assegurado a sua permanência na capital paranaense.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 08

Emenda aditiva: acrescenta-se um novo artigo, com a seguinte redação:

Art... - Fica o novo controlador do Banestado, obrigado a manter o patrocínio do Fundo de Pensão Multipatrocinado - Funbep, nas mesmas condições estabelecidas no plano de custeio e de benefícios.

Sala das Sessões, em 21.08.00.

(aa) IRINEU COLOMBO, EDSON STRAPASSON, ADEMIR BIER, NEREU MOURA, JOSÉ MARIA FERREIRA e LUIZ CARLOS ZUK.

JUSTIFICATIVA:

O plano previdenciário dos empregados do Banestado é assegurado através do Fundo de Pensão Multipatrocinado - Funbep, que depende da existência de um patrocinador. Portanto, é preciso que o novo controlador do Banestado mantenha o patrocínio para que o plano previdenciário continue existindo.

O sistema atual de custeio do Funbep assegura que o patrocinador seja responsável pela contribuição de dois terços dos recursos necessários enquanto o participante (empregados) é responsável por um terço desses recursos.

A alteração dessa regra, reduzindo a contribuição do patrocinador, implicará em maior gasto por parte dos empregados para manter o plano.

Em relação ao sistema de benefício do funbep, atualmente o plano é o de benefício definido. Esta modalidade assegura a complementação salarial aos empregados que se aposentam, de tal forma que a

remuneração se mantenha igual aquela que recebia na ativa.

A mudança nesse sistema trará prejuízos aos participantes do plano, na medida em que pode transformar num valor incerto a remuneração futura dos beneficiários.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 09

Emenda aditiva: acrescenta-se um novo artigo, com a seguinte redação:

Art... - Fica o novo controlador do Banestado obrigado a manter o plano de saúde aos empregados ativos e aposentados, bem como a seus dependentes, patrocinando no mínimo 70% do custeio do referido plano.

Sala das Sessões, em 21.08.00.

(aa) IRINEU COLOMBO, EDSON STRAPASSON, NEREU MOURA, ADEMIR BIER, JOSÉ MARIA FERREIRA, LUIZ CARLOS ZUK.

JUSTIFICATIVA:

Esta proposta objetiva manter as mesmas condições atuais que o Banestado assegura aos empregados da ativa e aposentados, bem como seus dependentes.

Os planos de saúde nos bancos privados não asseguram este benefício aos aposentados o que implicará em sérios prejuízos a este grupo se o mesmo procedimento for aplicado aos empregados do Banestado após a mudança de controle.

Como o valor de um plano de saúde para este grupo de beneficiários é bastante elevado, em função da idade mais avançada, qualquer mudança causará graves prejuízos.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 10

Emenda aditiva: acrescenta-se um novo artigo, com a seguinte redação:

Art... - Fica o novo controlador do Banestado obrigado a manter as agências e os postos de atendimento bancário nas localidades onde o banco é o único agente.

Sala das Sessões, em 21.08.00.

(aa) IRINEU COLOMBO, EDSON STRAPASSON, NEREU MOURA, ADEMIR BIER, JOSÉ MARIA FERREIRA, LUIZ CARLOS ZUK.

JUSTIFICATIVA:

O Banco Banestado cumpre uma função social indispensável nos pequenos municípios e localidades distantes, nos quais é a única instituição financeira, levando a estes locais fomento e serviços fundamentais para a vida das pessoas que ali vivem, muitas vezes não possuindo um retorno financeiro a contento.

Atualmente são mais de 130 municípios do Paraná atendidos exclusivamente por agências e postos de atendimento do Banestado.

Dessa forma, é imprescindível que tais agências não sejam fechadas pelo novo controlador a pretexto de

não serem lucrativas, devendo-se assegurar a função social que o banco possui, e desenvolvimento que propicia à região.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 11

Emenda aditiva: acrescenta-se um novo artigo, com a seguinte redação:

Art. ... - Fica o novo controlador do Banestado obrigado a manter no Conselho de Administração do banco, um funcionário conselheiro, eleito diretamente pelos funcionários.

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO, EDSON STRAPASSON, NEREU MOURA, ADEMIR BIER, JOSÉ MARIA FERREIRA E LUIZ CARLOS ZUK.

JUSTIFICATIVA:

A representação dos funcionários no Conselho Administrativo do Banestado foi estabelecida em 4.06.85, na forma da Lei Estadual 8.096.

Este representante é eleito entre os funcionários através de voto direto e secreto em pleito organizado e regulamentado, com a aprovação do Conselho de Administração, de acordo com a resolução nº 002645 do Banco Central do Brasil.

A representação dos empregados junto ao Conselho de Administração deve ser exercida com vistas a proteção dos direitos dos empregados, estabelecimento de políticas de recursos humanos que contemplem as necessidades operacionais da empresa de acordo com a legislação trabalhista, Convenções Coletivas de Trabalho e Acordos Coletivos de Trabalho em Vigor.

A representação dos funcionários junto ao Conselho de Administração tem função adicional na relatoria dos processos administrativos junto ao Comitê de Disciplina.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 12

Emenda aditiva: acrescenta-se um novo artigo, com a seguinte redação:

Art. ... - Fica o novo controlador do Banestado obrigado a manter no Conselho de Administração, um representante do poder público estadual, enquanto as contas do Estado forem gerenciadas pelo Banco.

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO, NEREU MOURA, EDSON STRAPASSON, ADEMIR BIER, JOSÉ MARIA FERREIRA E LUIZ CARLOS ZUK.

JUSTIFICATIVA:

A exigência contida na presente emenda é de necessidade evidente, uma vez que estando todas as contas do governo do Estado do Paraná, sendo administradas com exclusividade (por cinco anos), pelo novo

controlador do Banestado, é premente que o Estado possua um representante seu junto ao Conselho de Administração.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 13

Emenda aditiva: acrescenta-se um novo artigo, com a seguinte redação:

Art. ... - Fica o novo controlador do Banco Banestado obrigado a manter o Comitê de Disciplina nas mesmas condições em que funciona atualmente.

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO, ADEMIR BIER, NEREU MOURA, EDSON STRAPASSON, JOSÉ MARIA FERREIRA E LUIZ CARLOS ZUK.

JUSTIFICATIVA:

O Comitê de disciplina é uma instância de avaliação e julgamento de atos/omissões de empregados do Banestado arrolados em processos administrativos internos por descumprimento de normas ou legislação do sistema financeiro, bem como insuficiência de desempenho de suas funções.

O Comitê de Disciplina foi instituído a partir de termo Aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, mediado pelo Ministério Público do Trabalho - 9ª região, assinado em 16 de abril de 1997 pelo Banestado e as entidades sindicais representativas da categoria bancária.

O Comitê de Disciplina tem por finalidade avaliar os processos, isentar de culpa ou propor penalidades conforme as previstas em Norma Interna, que podem ser Advertência, Censura, Destituição parcial ou total do cargo, demissão por justa causa ou sem justa causa.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 14

Emenda aditiva: acrescenta-se um novo artigo, com a seguinte redação:

Art. ... - Fica o novo controlador do Banco Banestado obrigado a manter as atuais condições de pagamento das horas extras aos empregados, resguardando a irreduzibilidade dos salários.

Sala das Sessões, em 21.08.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO, EDSON STRAPASSON, ADEMIR BIER, NEREU MOURA, JOSÉ MARIA FERREIRA E LUIZ CARLOS ZUK.

JUSTIFICATIVA:

Atualmente mais e 4.000 empregados do Banestado recebem remuneração referente as horas extras que realizam. A maior parte desses empregados realizam esta jornada extraordinária desde que foram admitidos na empresa.

Desde 16 de abril de 1997 esta remuneração está garantida através do Termo Aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, mediado pelo Ministério Público do Trabalho - 9ª região, assinado pelo Banestado e as entidades sindicais representativas da categoria bancária.

O fim dessa garantia significará perda de até um terço de remuneração atual para estes funcionários significando forte prejuízo.

Encerro a discussão e encaminho o projeto para a CCJ.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 115/00, de autoria do Ministério Público, (Proc. Geral de Justiça), que altera a redação do artigo 5º da Lei nº 11.078, de 29 de março de 1995. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões. **Aprovado.**

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, esse projeto de autoria do Ministério Público de número 115/00, da Procuradoria Geral da Justiça, eu estou encaminhando este requerimento solicitando a retirada de pauta por três sessões para que possamos, juntamente com os nobres parlamentares, analisar mais profundamente o impacto financeiro que poderá ocasionar caso seja aprovado esta alteração da Redação do artigo 5º da Lei 11.078 de 29 de março de 1995. Já que se trata de assunto de ordem pecuniária então nós solicitamos o esclarecimento devido senhor presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Continua em discussão. Os deputados que aprovam o requerimento adiando por três sessões permaneçam como estão.

Os deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se.

Está aprovado o Requerimento.

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) sessões do Projeto de Lei nº 115/00

O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente, gostaria de registrar o voto contrário dos parlamentares da Oposição. Deputados Nereu Moura, Ademir Bier, Luiz Carlos Zuk, Edson Strapasson, José Maria, Caíto Quintana e Hermes Fonseca.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 217/00, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo repassar recursos financeiros necessários para a manutenção da Associação de Pais e Funcionários da SETR/DER. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 137/00, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública o Centro Jovem de Combate As Drogas - CEJOCOMD, com sede e foro no município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 045, de 03.05.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 137/00

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Plauto Miró, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública, o Centro Jovem de Combate as Drogas- CEJOCOMD, com sede e foro no município de Ponta Grossa.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 15.08.00.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 235/2000, de autoria do Poder Executivo Mensagem nº 014/2000, que autoriza o Poder Executivo à Organização Mundial das Famílias, o imóvel situado nesta Capital, conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 235/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder à Organização Mundial da Família, o imóvel situado à Avenida Manoel Ribas, nº 7.115, no Bairro de Santa Felicidade, em Curitiba, parte de propriedade do Estado do Paraná e parte do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP (ex-Instituto de Assistência ao Menor), denominado de "Educandário Santa Felicidade", conforme consta nas Tanscrições de números 52.084, 49.643, 48.185, 29.054 e 13.885, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Curitiba, contendo área superficial de aproximadamente 13.000,00 metros quadrados e benfeitorias.

Art. 2º - O imóvel a que se refere o artigo 1º desta lei será utilizado como sede da Organização Mundial da Família - América Latina, bem como sede da União Nacional das APMIS, com a conseqüente implantação de um Centro de Treinamento Internacional para as questões relativas à criança e à família, tendo esta cessão a duração

até 31 de dezembro de 2002, podendo ser prorrogada por 04 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo o referido imóvel ser utilizado para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, a Organização Mundial da Família, responsável pela guarda, proteção, restauração e manutenção da arquitetura original do imóvel, bem como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, abstendo-se do direito de ressarcimentos futuros pelas benfeitorias produzidas no local.

Parágrafo Único - a cessão de que trata este artigo ficará condicionada a que a donatária utilize o referido imóvel para atividades ligadas às questões relativas à criança e à família e à implantação de um Centro de Treinamento Internacional, devendo esta cumprir integralmente as condições elencadas neste artigo.

Art. 3º - A Organização Mundial da Família fica responsável pela reforma total do imóvel a que se refere o artigo 1º desta lei, cuja fiscalização deverá ser efetuada pelo Departamento Estadual de Construção, Obras e Manutenção - Decom, no prazo de 02 (dois) anos, sob pena de cancelamento do termo de cessão de uso.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.08.2000.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 235/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo Mensagem nº 014/2000, autoriza o Poder

Executivo a ceder a Organização Mundial da Família, o imóvel situado nesta capital.

Chamada esta comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 18.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente?

(Assentimento)

Também gostaria de externar o convite à imprensa, amanhã, às 10h00, na Secretaria da Fazenda, onde teremos esses esclarecimentos feitos, pelo secretário da Fazenda e pelos técnicos, que estarão à disposição dos senhores parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 22, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 017 e 233/2000.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 553/99.

Levanta-se a sessão.